

DIZ(NARRANDO): UMA ANÁLISE DE REPRESENT(AÇÕES) E DISCURSO SOBRE A AMAZÔNIA E O ACRE

Danilo Rodrigues do Nascimento¹

Risonete Gomes Amorim²

Thais Albuquerque Figueiredo³

RESUMO

O presente artigo foi articulado a partir da disciplina "Culturas, Linguagens e Sociedades Amazônicas", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (UFAC). O objetivo delineado foi examinar as narrativas formadas (a partir de jornais, fotografias e documentos) sobre a Amazônia e o Acre. Assim, é importante refletirmos sobre o papel das narrativas na construção/representação da história por meio dos discursos. Os aspectos teóricos-metodológicos foram a pesquisa bibliográfica-documental a partir da seleção de alguns recortes de jornais, fotografias e documentos, que narram a formação discursiva da Amazônia e do Acre. Nesse sentido, as abordagens teórico-metodológicas de autores renomados como Orlandi (1999), Gondim (1994), Pizarro (2012), Silva (2020), Barros (2016), Albuquerque (2016), Silva (2020), entre outros. Por fim, A Amazônia e o Acre são produzidos discursivamente por um olhar externo, e que consolidou uma versão voltada para a grandiosidade, fascínio, exótico, entre outras representações. Por isso, desdizer é um processo de trazer à tona essas histórias produzidas na rua, nos bares, nos cabarês, ou seja, em uma dimensão a contrapelo. Esse movimento de diz(narrar) é observar fluxos outros construídos no campo da linguagem, embora a linguagem seja geralmente vista como um domínio, ela também pode atuar como uma forma de resistência.

PALAVRAS-CHAVE: Invenção. Representação. Discurso. Acre. Amazôniaas.

DIZ(NARRANDO): AN ANALYSIS OF REPRESENT(ATIONS) AND DISCOURSE ABOUT AMAZON AND ACRE

ABSTRACT

This article was written as part of the subject "Cultures, Languages and Amazonian Societies", offered by the Postgraduate Program in Letters: Language and Identity at the Federal University of Acre (UFAC). The aim

¹Mestre (2021) e doutorando pelo programa de Pós Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre. Possui graduação em História: Em Licenciatura (2022) e Bacharelado (2018) pela mesma instituição, onde atua como professor substituto do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) (2022). É especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - Uniasselvi, pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi - Ufac). E-mail: danilo.rodrigues@ufac.br

²Graduada em Letras Português pela Universidade Federal do Acre/UFAC, professora de Língua Portuguesa e Literaturas do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC, e Mestranda do Programa de Pós-graduação: Letras, Linguagens e Identidades - PPGLI/UFAC. E-mail: risonete.amorim@ifac.edu.br

³Licenciada em História pela Universidade Federal do Acre (UFAC), mestranda no Programa de Pós-graduação Letras: Linguagem e Identidade (PPGLI/UFAC), pesquisadora nos grupo: Narrativa, Literatura e Jornalismo (NALIJOR) e História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHCLIM). E-mail: thaisalbuquerque07@gmail.com

was to examine the narratives formed (from newspapers, photographs and documents) about the Amazon and Acre. It is therefore important to reflect on the role of narratives in the construction/representation of history through discourse. The theoretical-methodological aspects were bibliographical-documentary research based on the selection of newspaper clippings, photographs and documents that narrate the discursive formation of the Amazon and Acre. In this sense, the theoretical-methodological approaches of renowned authors such as Orlandi (1999), Gondim (1994), Pizarro (2012), Silva (2020), Barros (2016), Albuquerque (2016), Silva (2020), among others. Finally, the Amazon and Acre are discursively produced by an external gaze, which has consolidated a version focused on grandeur, fascination, exoticism, among other representations. For this reason, un-saying is a process of bringing to light these stories produced in the street, in bars, in cabarets, in other words, in a counter-pellet dimension. This movement of saying (narrating) is to observe other flows constructed in the field of language, although language is generally seen as a domain, it can also act as a form of resistance.

KEYWORDS: Invention. Representation. Discourse. Acre. Amazonia.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo⁴ tem como principal objetivo examinar as narrativas formadas sobre a Amazônia e o Acre dentro do universo discursivo, estabelecendo um diálogo com as abordagens teóricas de autores renomados como Orlandi (1999), Gondim (1994), Pizarro (2012), Silva (2020), Barros (2016), entre outros.

É interessante refletirmos sobre o papel das narrativas na construção da história por meio dos discursos. As pessoas que se tornam portadoras dos discursos que atravessam as gerações nos trazem reflexões que são consideradas como histórias. Hoje em dia, o campo do discurso é permeado por múltiplas correntes de estudos e metodologias, sendo pertinente observar como essas construções discursivas são ideológicas, históricas e políticas. Por exemplo, quando pensamos no termo “índio”, isso traz à tona toda uma carga discursiva colonial e preconceituosa contra a diversidade de povos e línguas. Os processos discursivos não são naturais, mas são construções históricas, como destacou a professora Eni Puccinelli Orlandi no livro “Análise do Discurso - Princípios e Procedimentos”. Dessa forma, é possível observar os elementos discursivos que inventam ou (re)inventam a Amazônia e o Acre.

Assim, realizamos uma seleção de textos, imagens, documentos, dissertações, teses e outros fragmentos discursivos que foram produzidos acerca desses espaços, muitas vezes descritos como desertos, vazios ou habitados por selvagens e pela "opulenta desordem", conforme afirma Euclides

⁴Esse texto foi desenvolvido no âmbito da disciplina "Culturas, Linguagens e Sociedades Amazônicas", oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (UFAC). Inspirado pelas leituras, discussões e debates realizados durante as aulas, o trabalho promoveu uma reflexão profunda sobre temas como discurso, representação, identidades, as sociedades da Amazônia e suas histórias.

da Cunha. No entanto, ao contrário dessas ideias, propomos uma discussão sobre as narrativas das Amazônias e do Acre, utilizando a abordagem da "História contrapelo", tal como proposta por Walter Benjamin, e buscando dar visibilidade às narrativas que foram intencionalmente negligenciadas pela historiografia tradicional e oficial. Atualmente, os estudos e pesquisas realizados nas áreas de antropologia, história, arqueologia, geografia, linguística e outras, estão possibilitando novas abordagens e dimensões de temas e temáticas. O fluxo transdisciplinar das leituras realizadas na disciplina foi fundamental para este trabalho, pois ampliou nosso olhar para as narrativas do Acre e das Amazônias, permitindo entender como essas narrativas foram construídas historicamente, discursivamente e socialmente.

Como destaca Orlandi (1999), a abordagem do discurso está em sintonia com as linguagens e sociedades, enfatizando a dimensão representativa e ideológica presente na produção e recepção do discurso. Essas tramas discursivas não se limitam apenas a uma perspectiva comunicativa, mas também constituem uma forma de ação social, interligada aos interesses e valores da sociedade em que é produzida e consolidada. Nesse sentido, a análise do discurso não se restringe à investigação das estruturas linguísticas presentes nas textualidades, mas busca contextualizar as condições históricas, políticas, sociais e culturais que determinam a produção e difusão desses textos. Portanto, é pertinente observar o contexto em que o discurso é tecido e recebido, incluindo as relações de poder presentes em determinado contexto.

Os meios de comunicação, os filmes, os discursos políticos e os jornais trazem sempre frases como: "a Amazônia é o pulmão do mundo"; "a Amazônia é um tesouro a ser explorado"; "os índios são os guardiões da Amazônia"; "a Amazônia é um lugar inexplorado e misterioso"; "a Amazônia é uma região selvagem e perigosa"; "a Amazônia é o lar de animais exóticos"; "a Amazônia é um destino turístico para aventuras na selva"; "a Amazônia é uma área remota e isolada"; "a Amazônia é um lugar primitivo e atrasado"; "a Amazônia é uma terra sem lei e governança", entre outras. Já sobre o Acre, essas frases se mantêm, como: o Acre é um lugar inóspito e pouco desenvolvido; no Acre só tem floresta e índios; o Acre é o fim do mundo; no Acre não tem nada interessante para se ver ou fazer; os habitantes do Acre são todos atrasados e ignorantes; o clima no Acre é insuportavelmente quente e úmido o tempo todo; o Acre é um estado sem importância ou relevância para o resto do país.

Essas frases são parte integrante de um contexto discursivo que é intimamente influenciado pelas situações históricas, políticas, linguísticas e culturais em que aparecem. O que é dito, como é dito e por quem é dito pode se transformar de acordo com esses fatores. Assim, perceber o contexto

em que uma frase é proferida é essencial para compreender o seu significado e a intenção por trás dela. Além disso, o contexto também pode determinar a forma como a frase é recebida e interpretada por diferentes grupos de pessoas. Por isso, ao analisar as narrativas construídas sobre a Amazônia e o Acre no campo do discurso, é fundamental considerar o contexto em que essas frases foram proferidas e os fatores que influenciaram a sua construção.

A escritora brasileira Gondim (1994) conduz um estudo histórico abrangente sobre a construção social e histórica do conceito discursivo da Amazônia. A autora discorre sobre as representações e imaginários que se originam desde o mundo grego até o século XVI dos viajantes e exploradores do mercantilismo. No vai-e-vem histórico, ela argumenta que a Amazônia não pode ser um conceito fixo e imutável, mas que foi construída dentro de uma dimensão cultural, política e histórica, moldada e reformulada pelas narrativas e discursos produzidos ao longo dos contextos históricos.

Como destaca Pizarro (2012), a Amazônia foi representada e imaginada, ao longo da história, como o espaço a ser explorado, dominado e modernizado. Na contramão desta ideia, a autora traz à tona “as vozes do rio” para compor e compreender as complexas dinâmicas sociais, culturais e políticas que permeiam as Amazonas e suas múltiplas representações discursivas. No campo da análise do discurso, ela vai analisando a literatura, o cinema e a mídia geral para mostrar como essas narrativas reforçam e atualizam os estereótipos e visões distorcidas sobre a região e suas populações, contribuindo para a formação discursiva que marginaliza as linguagens, identidades e culturas das diferentes regiões das Amazonas. Assim, ela possibilita um mergulho em representações outras em par com as realidades múltiplas das Amazonas.

Como destaca Gil (2002, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Deste modo, a revisão bibliográfica é uma metodologia essencial no avanço e ampliação do conhecimento sobre determinado objeto, porque possibilita que o pesquisador tenha uma informação e compreensão mais aguçada sobre o assunto estudado, bem como possibilita também a construção de novas direções sobre aquele determinado assunto. Por isso, a nossa pesquisa prezou por uma abordagem metodológica, que consiste em um processo rigoroso de catalogação, seleção e análise reflexiva das textualidades sobre as narrativas construídas sobre a Amazônia e Acre no campo do discurso.

2. TECENDO NARRATIVAS DE AUSÊNCIAS E OUTROS DISCURSO SOBRE AS AMAZÔNIAS

O pesquisador Francisco Bento da Silva (2020) em seu texto “Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências” propõe reflexões e problematizações quanto a natureza dos discursos que se emolduram em torno do Acre, e para tanto caminha em uma perspectiva cujo esforço é de alguma forma “desexplicar o que pretensamente já está explicado”, ou seja, interrogando o que está dado ou naturalizado, por meio de literaturas, e outros documentos que perpetuam visões cristalizadas de se pensar esse espaço, marcado pelos trânsitos multi e pluriculturais.

Conforme Silva (2020) há em relação à Amazônia brasileira, e ao Acre em particular, a construção duradoura de uma estética do vazio que se expressa em várias dimensões e por diversas vozes e discursos. Portanto, a construção duradoura de uma visão de vazio, distância e invisibilidade é comum nos discursos das culturas hegemônicas, que se aglutinaram ao longo da constituição histórica da Amazônia como um todo. Posto isso, há uma tentativa de homogeneização desse território que possui complexas e heterogêneas características culturais.

Há notadamente uma narrativa de um espaço “ausente” quando se trata de Acre e Amazônia, contudo, compreende-se que tais narrativas construídas partem de uma perspectiva hegemônica e colonial, nesse sentido, narrativas textuais e visuais (como as cartografias) trazem/fazem representações estereotipadas no que tange aos discursos engendrados sobre esse espaço “não existente”, que se introjetam no imaginário por meio de documentos literários de viajantes e cronistas. Sendo assim, as construções históricas desse tempo ainda reverberam no imaginário social atual, o que é facilmente perceptível se tratando de piadas de/sobre “o Acre não existe” que circulam nas redes sociais, e são fruto de uma ignorância generalizada.

Coadunando com tais apontamentos, podemos recordar de Silva (2020) quando destaca que:

Essas narrativas polissêmicas sobre um Acre insólito, estranho e específico possibilitam pensarmos retroativamente certos enquadramentos, que mesmo diante do abismo perigoso do anacronismo, lançam lampejos sobre a historicidade desse lugar narrado e imaginado por tantas vozes e em meios variados ao longo do tempo. (Silva, 2020, p. 17).

Ou seja, os discursos falsamente ainda perpetuam uma narrativa sobre Acre e também Amazônia calcada em representações de um espaço geográfico que é considerado vazio e inexistente, sem civilização, e sem “modernidade”. Como mencionado, esse pensamento parte das construções discursivas de escritores, jornalistas, cronistas e viajantes que por meio do seu olhar imerso em concepções etnocêntricas atribuíram a este espaço complexo e plural o estigma de “incivilizado e

vazio”, desse modo, causando simbolicamente uma ideia que se repercute massivamente e cristaliza uma visão do que seria o Acre, que acaba como aponta Silva (2020) perpetuando determinadas representações na sua própria tentativa de comprovar sua existência.

Desse modo, os elementos encontrados nessas inúmeras narrativas trazem a ideia da distância que também é internalizada em relação ao Acre e a Amazônia, distâncias conceituadas em diversas percepções, apontadas pelo mesmo autor quando diz:

Creio que um aspecto importante a ser discutido de partida é a perspectiva de distância que havia em relação ao Acre e a Amazônia por parte de muitas dessas narrativas literárias, textos jornalísticos, relatos de viagens e obras memorialistas. As distâncias não são apenas aquelas medidas em quilômetros ou milhas, mas as das paisagens geográficas declaradas incomuns, dos modos de vida percebidos como estranhos, do ecossistema tropical visto como inapropriado ao humano, da brasilidade dita incompleta ou anunciada como esquecida nos interiores desses sertões. (Silva, 2020, p. 27).

Pode-se observar que o desconhecimento desse território/espço e o estranhamento para com as características específicas da região Amazônica são alicerces base para a proliferação de imaginários assentados em preconceito. Euclides da Cunha, um dos maiores responsáveis por difundir um discurso pejorativo sobre a Amazônia, escreve que aqui seria um “inferno verde”, e até mesmo que o seringueiro trabalha para escravizar-se. Essas múltiplas representações do que seria a Amazônia, a inventam, a homogeneizam e para além disso, desconsideram as subjetividades dos sujeitos/as que pertencem a esse espaço multi/pluri-cultural e complexo.

A esse respeito podemos tomar como base a discussão de Albuquerque (2016) concernente a palavra/termo/conceito de/sobre Amazônia que de acordo com o autor é “impregnadas dessas fantasias criadas por sujeitos de diferentes espaços/tempos, impondo suas invenções como nossos referenciais de marcos fundadores” (Albuquerque, 2016, p. 78), ou seja, o outro impôs sua referência sobre um espaço do qual não era seu, nem o pertencia. Ainda sob as afirmações de Albuquerque (2016) tal palavra “Amazônia” não encontra referente no “mundo real” da nossa existência, desse modo, poeticamente é possível compreender que a Amazônia rompe com aquilo que é dado a conhecer, pois encontra-se em um campo aquém daquilo que se sabe.

O Acre pertence à Amazônia Sul Ocidental, portanto, está dentro do perímetro amazônico, e é atravessado por todos os estigmas que recaíram sob a mesma. Albuquerque (2016) vai denominar *Amazonialismo* o conjunto de invenções ou supostos “conhecimentos” sobre esse espaço, que criam, descrevem, classificam e a catalogam, tendo até mesmo base científica, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo, tendo como pilar propulsor a modernidade

ou “modernidade” entre aspas como nos explica Albuquerque (2016) em próximo diálogo com Stuart Hall, ao afirmar que tal significante é “extremamente escorregadio”, afinal, basta que nos questionemos: o que é mesmo moderno?

A produção desse espaço, coloca em questão as singularidades de um território, cuja dimensão abriga centenas de povos, culturas, sujeitos e indivíduos que têm seus corpos e espaços violados e desconsiderados. Hoje, compreendemos como violência epistêmica, acarretadora de problemas cujas proporções são incalculáveis quando colocamos na conta os genocídios em massa que ocorreram em virtude da “modernidade”.

Como explica Albuquerque (2016) esse processo (epistemicídio/genocídio) acaba por violentamente eliminar línguas, culturas, modos de vida, e memórias. Se tratando das línguas existentes que foram rechaçadas, Nascimento (2019) chama de linguicídio essas desumanas desconsiderações da linguagem produzida pelo outro, sendo os indígenas e as populações negras, cujo destino foi adequar-se aos costumes e línguas de um colonizador que também projeta identidades outras sob os indivíduos considerados inferiores, dado às divergências culturais e sociais.

Todos esses processos históricos que criam as *Amazônias*, fazem parte daquilo que Albuquerque (2016) destaca como amazonialismo, e compõe o arsenal de problemáticas incutidas no mundo por meio do colonialismo moderno. Desse modo, o amazonialismo cria/inventa uma “*Amazônia*” essencializada e limitante, pois aprisiona esse “conjunto de universos” existentes nesse território em uma coisa só, em suas palavras:

Um todo abstrato, “*Amazônia*”, idealizado como objeto das faces do próprio discurso que lhe inventa e naturaliza, conferindo um paradoxal sentido lógico a habitar as mentes dos que vivem fora e dentro dessa invenção, funcionando como uma das marcas mais profundas da colonialidade do poder e do saber. (Albuquerque, 2016, p. 79)

Sendo assim, em contrapartida, com vias de re-significar essa “*Amazônia*”, Albuquerque (2016) convencionou chamar “*Amazônias*”, afinal, há um universo plural que compõe cada linha geográfica desse espaço, o qual a partir de agora chamaremos *Amazônias*.

Portanto, ainda em conformidade com as assertivas de Albuquerque (2016) é importante destacar que a “essencialização de identidades, lugares, regiões, pessoas se constituem como parte da produção de sentidos únicos, abstratos e a-históricos enquanto mecanismos de consolidação das formas de poder” (Albuquerque, 2016, p. 80), ou seja, predomina uma lógica universalizante e dicotômica, haja vista que só existe o “moderno” se há também o “não-moderno”. Nesse parâmetro, é que Albuquerque (2016) chama atenção para o fato de que “*Amazônia*” nem sempre existiu como

algo pronto, mas foi projetada, inventada e (re)inventada a partir da perspectiva dos que por ela passaram, estes “grafaram sua existência”.

Diante disso, destaca-se que os viajantes não nomearam o espaço em si, mas os rios, faunas, seres humanos e não-humanos, bem como as línguas e culturas dos universos que seriam condensados no signo “Amazônia”. Desse modo, ainda em conformidade com o pensamento do autor, o signo carrega em si uma “Amazônia” homogênea, falsamente imaginada, fruto do assim nomeado: amazonialismo.

Posto isso, compreendemos que as “Amazônias” construída e inventada, tendo como um dos discursos fortemente difundidos sendo o de vazio, perfaz como mecanismo de desumanização, sendo assim o autor salienta que:

Dentre essas palavras/conceitos destacamos a noção de “vazio”, que se constituiu como um dos mais poderosos mitos de justificativa para toda a sorte de violências físicas e simbólicas no processo de expansão da economia, política, religiosidade, organização social, das artes e línguas europeias para essa parte dos mundos não-europeus. Mundos esses visualizados/tratados como vazios, **mas não de mulheres e homens, e sim de humanidades e culturas, de capacidade de pensar e raciocinar**, no dizer de Nelson Maldonado-Torres. (Albuquerque, 2016, p. 82 - grifo nosso)

A ideia de vazio não atravessa apenas o território, pelo contrário, o discurso vai muito além, pois denota como assim mencionado, uma ausência de culturas e humanidades, e vale ressaltar que essa desconsideração levou ao genocídio em massa de diversas populações indígenas, nas “Amazônias”, cujo o único vazio existente é o da justificativa para tais atrocidades cometidas.

3. REPRESENTAÇÕES: A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA

Hall (2016, p. 52) argumenta de maneira penetrante que os signos, isoladamente, são incapazes de conferir um significado estável. Para ele, o sentido surge da interação entre o signo e o conceito a ele associado, uma conexão que só se concretiza através de um código. Essa perspectiva destaca a natureza dinâmica da comunicação e da interpretação, indicando que é na relação entre elementos que o significado se forma, não na existência isolada de qualquer signo. Consequentemente, é inviável abordar a cultura como um conceito imutável ou estagnado. Ela se caracteriza, ao contrário, por um movimento contínuo e uma (re)volução constante, sendo influenciada por aspectos sociais, linguísticos, culturais e históricos. A cultura emerge do compartilhamento, da produção e da negociação entre suas diversas facetas, com as representações culturais desempenhando um papel crucial nesse intercâmbio dinâmico.

As representações culturais são expressões de experiências e percepções por quais indivíduos e coletividades atribuem sentido a si mesmos, aos outros e ao mundo que compartilham. Elas englobam uma variedade de manifestações, incluindo imagens, filmes, obras de arte, músicas, livros, entre outros. Essas formas de expressão servem como veículos para a comunicação de ideias, emoções e valores, construindo e refletindo as identidades culturais ao longo do tempo. Hall (2016) destacou que as representações vão além de uma mera neutralidade ou objetividade; elas exercem uma influência significativa tanto no mundo ao nosso redor quanto em nossa própria percepção de nós mesmos. Nessa dinâmica, as representações culturais são absorvidas pelas pessoas, contribuindo significativamente para a moldagem de identidade cultural e social.

As representações culturais são fundamentais porque abrem caminho para a criação de identidade, revolução e desconstrução de identidades, tanto coletivas quanto pessoais. É por meio do senso de pertencimento e de determinadas representações culturais que os grupos formam e reforçam laços de lealdade a suas comunidades. Estas "comunidades imaginadas", conceito desenvolvido por Anderson (2008), são construídas sobre alicerces emocionais, incluindo símbolos como bandeiras, hinos, fronteiras geográficas, moedas e práticas religiosas. Estes elementos funcionam como fios condutores que tecem a trama das relações comunitárias e culturais.

Os documentos, são fontes históricas carregadas de sentidos, sentidos estes dados no presente, afinal, a fonte é também fruto da interpretação do historiador que assim a inventa, ela não é um dado em si mesmo, posto isso podemos evocar Albuquerque Jr (2007) ao dizer que o historiador também inventa a fonte a partir dos atravessamentos do presente, portanto, as fontes não são neutras.

Tomando como parâmetro as discussões de Barros (2016), entendemos que fontes *não intencionais*, que não foram criadas com o intuito de tornar-se uma, a exemplo de documentos oficiais de cartórios, mas que acabam posteriormente sendo agregados ao arsenal de documentos históricos dos quais os historiadores investigam. Elas subsidiam importantes caminhos para pensar também a projeção de discursos por meio desses documentos oficiais que devem ser olhados de forma crítica. Nesse caminho, a partir de cartografias e mapas, compreenderemos como essas fontes podem se tornar mecanismos de propagação de certas ideias, no caso do Acre e Amazônia, corroborando para a ideia de vazio, inexistência, ausência, apagamento e etc., como é possível conferir a partir da tese “Entre o Uwa’kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências” desenvolvida por Carvalho (2020).

Em sua pesquisa Carvalho (2020) destaca que as narrativas criadas a respeito dos territórios hoje demarcados como Acre e Amazônia, são construções do colonizador, haja vista, que sua suposta existência é datada a partir da chegada dos exploradores. Por isso, o autor afirma que a Amazônia é uma invenção da modernidade, pensamento também defendido por Ana Pizarro (2012) ao demarcar que as diferentes expedições que passaram pelas *Amazônias* foram responsáveis por projetá-la, incidindo na forma como ela foi visualizada pelo outro externo. Nesse sentido, Silva (2020) em próximo diálogo com o pesquisador camaronês Mbembe (2014), re-aloca sua discussão para a Amazônia ao produzir uma reflexão que demonstra como a modernidade vai formulando e difundindo certas formas de ver e determinar espaços geográficos como marginalizados que acumulam sobre si estereótipos, Portanto, tal qual África, Acre e Amazônia sofreram com as construções e estereotípias. Diante disso,

se constituem também inseridos em um imaginário pré-concebido onde “só conseguimos falar dessa realidade de maneira anedótica e longínqua”. São então lugares “onde tudo parece vazio, deserto e animal, virgem e selvagem, um amontoado de coisas agrupadas numa completa desordem”. (Silva, 2020, p. 56)

Diante disso, há uma representação desse espaço/território, que se reproduz também por meio de uma estética de vazio e inexistência, que atravessa também os documentos históricos, afinal, eles não são neutros.

Os mapas e cartografias são/foram mecanismos de propagação do ideário de ausência e inexistência, esses discursos se cristalizam e tornam-se verdades das quais sentimentos e impactos causados por meio das primeiras narrativas e dos primeiros contatos com a floresta são encontrados em diferentes narrativas trazidas por alguns escritores, viajantes e historiadores que expressavam um entendimento individual, ligados a diferentes interesses, a maioria possuindo um exagero em relação às características da fauna, flora e os habitantes da Amazônia.

Não é estranho que em muitos processos de colonização se produzam ideias de vazio, de deserto, de inferno. Noções que têm a ver com a legitimação necessária em qualquer forma de ocupação, mas também têm a ver com o vazio de sentido, com a necessidade de traduzir culturalmente o espaço para os códigos que permitam operar sobre ele aqueles habitantes que precisam aprender a ler formas, objetos, animais, plantas e pessoas a princípio inomináveis. (Grupo Fronteira, 2009, p. 27).

Nesse sentido, essa reflexão é importante para mostrar as relações entre colonização e construção discursivas de vazio/ou deserto. Os autores, vinculados ao grupo fronteira, apontam que esses discursos não são apenas uma forma de legitimação da ocupação, mas também um processo de

tradução cultural do espaço para torná-lo operável pelos habitantes que precisam se adaptar a ele. É uma visão crítica e reflexiva sobre como o processo de colonização envolve não apenas a ocupação física, mas também a reconfiguração dos significados atribuídos ao espaço e aos seres que o habitam. Este trecho acima, aponta para a importância da reflexão crítica, da construção de uma perspectiva na contramão da história colonial.

Imagem 1 - representação dos povos indígenas



Fonte: Jornal *Gazeta do Acre*, terça-feira, 14 de julho de 1987, p. 6.

Essa charge e o título da matéria, por si só, já cria uma imagem estereotipada e negativa sobre os povos originários, que são apresentados verbalmente e não-verbalmente como violentos e desordeiros. Esta abordagem do jornal “Gazeta do Acre” não é exclusiva, e infelizmente é comum na cobertura midiática sobre as populações indígenas, que sempre estiveram nas amazônias. Esta região é muitas vezes retratada discursivamente como um lugar exótico, perigoso e selvagem, habitado por pessoas primitivas e atrasadas. Assim, essas imagens não apenas ignoram a rica diversidade linguística, cultural e ambiental da região, como também perpetuam preconceitos e estereótipos sobre seus habitantes. Por isso, este texto surge na contramão dessas representações discursivas, ou seja, a Amazônia como terra sem lei. Mas, buscamos trazer várias perspectivas outras, que devem levar em conta a complexidade da região e seus desafios socioeconômicos e ambientais.

A professora Orlandi (1999) ressalta que o discurso é um exercício social que envolve uma série de elementos, tais como a língua, a linguagem, a ideologia, a cultura, a história e as relações de

poder. Segundo a autora, esta prática discursiva é uma formação de ação e produção de sentido que está entrelaçado a um contexto social e histórico específico, sendo influenciado pelos valores, crenças e ideologias presentes na sociedade em que é tecido. Este diálogo com a professora Orlandi (1999) possibilitou uma observação sobre como na década de 1980, no Acre, a perspectiva econômica estava baseada no advento da pecuária, onde muitas pessoas estavam invadindo as terras indígenas em busca de terras sem dono.

Imagem 2 - Youtuber que virou meme tenta superar trauma causado por 'girafa' da Amazônia



Fonte: Globo (2019)

Esta imagem apresenta um cenário que se pretende ser da Amazônia, com uma internauta em meio a animais como leão, zebra e girafa, que não são nativos dessa região. Mesmo que a intenção da blogueira possa chamar a atenção para o desmatamento e outras problemáticas ambientais da Amazônia, esta imagem retrata uma visão equivocada e estereotipada sobre essa região. A Amazônia é uma das áreas com mais biodiversidade do planeta, com uma fauna e flora diversificadas e complexas. A presença de animais que não pertencem a esse ecossistema, como os que aparecem na imagem, é um equívoco que mostra a falta de conhecimento sobre a região.

Além disso, esta imagem pode ser lida como uma forma de exotização e romantização da Amazônia, que ao longo do discurso é vista como um lugar misterioso e selvagem, porém que na realidade é um espaço complexo e diverso, habitado por muitas comunidades e povos que têm uma relação íntima e complexa com o meio ambiente. Diante disso, embora a intenção dela possa ser positiva, é importante termos cuidado ao retratar a Amazônia e outras regiões, evitando estereótipos e mostrando uma compreensão em par com as diversidades e biodiversidades locais. É fundamental que as pessoas se informem e aprendam mais sobre a região, a fim de evitar e perpetuar visões equivocadas sobre determinada região.

Esses discursos são reforçados a partir de um imaginário da busca de tesouros e riquezas, como o lendário El Dorado, são solidificados por uma representação em par com os processos dos viajantes do século XVI. Neste período, muitos exploradores buscavam riquezas e ouro em territórios desconhecidos, muitas vezes inspirados e motivados por histórias e lendas que foram difundidas durante o mercantilismo. Essas histórias, que muitas vezes exacerbaram a quantidade de riquezas e tesouros que poderiam ser encontrados em terras desconhecidas, desenvolveram uma representação imagética, que ainda hoje, está associada a essas regiões.

Como destaca Gondim (1994), o termo Amazônia foi construído historicamente e mitologicamente inspirado na lendária rainha das amazonas, uma comunidade de mulheres guerreiras da mitologia grega. Este termo remonta aos primeiros invasores e exploradores europeus, quando estes encontraram as comunidades de mulheres guerreiras na região do rio Negro. Nesse sentido, a utilização moderna, deste termo, se configurou a partir do processo de colonização europeia na América do Sul, que procurou extrair os recursos naturais da região e trouxe de forma violenta sua cultura e valores. Com base nas pesquisas de Pizarro (2012), Gondim (1994) e Orlandi (1999), este texto busca compreender a construção e (re)construção do termo Amazônia por meio de jogos discursivos e linguísticos que perpetuaram a narrativa colonizadora, a qual condenou e singularizou os povos e as culturas existentes na região. Em acordo com tais apontamentos, Silva (2020) salienta que:

Recusa e aceitação, distanciamento e aproximação, medo e admiração foram ao longo dos séculos alguns dos sentimentos e primeiros impactos causados nos contatos com os ambientes florestal, aquático e faunístico da Amazônia por viajantes e moradores que vão se sedentarizando nesse lugar multifacetado. Os indígenas também aparecem em vários escritos como sendo pertencentes mais à natureza do que à decantada civilização. (Silva, 2020, p. 60)

Nessa perspectiva a historiografia sobre a Amazônia e o Acre, por muito tempo, foram marcadas pela perspectiva do fascínio, da grandiosidade, e também da exclusão e apagamento das

múltiplas identidades, culturas e linguagens presentes na região. Mas, é preciso destacar que esses povos nunca foram passivos nesses processos de invasões; eles sempre tiveram mecanismos de táticas e estratégias contra toda forma de opressão e violências físicas e psicológicas. Uma narrativa predominante foi construída e consolidada a partir do olhar dos invasores, exploradores e invasores europeus, que ignoravam a presença e a importâncias dos povos originários e de outras populações tradicionais na/da região. Para a consolidação desta perspectiva historiográfica, o historiador Albuquerque (2015, p. 16) destaca que,

A historiografia amazonialista produziu – historicamente - um silenciamento sobre a presença negra na Amazônia acreana. Sem o mérito, o rigor metodológico e o brilhantismo de um Euclides da Cunha, Craveiro Costa, Arthur Cezar Ferreira Reis ou Leandro Tocantins, o autor do livro “História do Acre: novos temas, nova abordagem”, mantém o mesmo silêncio, o mesmo empenho em não reconhecer e trazer para sua escrita da história a questão da diáspora negra para essa região. (Albuquerque, 2015, p. 16)

A citação apresentada anteriormente ressalta a existência de um silenciamento histórico por parte da historiografia amazonialista em relação à presença negra na região do Acre. No entanto, esse silenciamento não se restringe apenas à presença negra, mas abrange também outras identidades, culturas e línguas presentes nas Amazôniaas.

Assim, “escrever a história implica em retomar o passado e transformá-lo, “profanar” sua sacralidade, desconstruir seus altares, restituir a humanidade aos seus "santos " ou "heróis" (Albuquerque, 2015, p. 2). A escrita da história é uma tarefa complexa que envolve não apenas a coleta e a análise de dados, mas também a reflexão crítica sobre o passado e suas implicações no presente. Muitas vezes, a história oficial é contada a partir de uma perspectiva hegemônica que privilegia certos grupos e exclui outros, perpetuando assim desigualdades e injustiças. Desse modo, faz-se necessário contra-narrativas que busquem evidenciar aqueles que outrora foram apagados e excluídos pela história oficial. Nas palavras de Silva (2020) essa postura, contra hegemônica é considerada:

[...] um conjunto de críticas políticas com uso de ilustrações e textos explicativos portadores de contra-narrativas, capazes de demolir determinados cânones estabelecidos pela capacidade poderosa de criar outras narrativas que são, apenas aparentemente, opostas pelos exageros e irrealidades que reverberam em relação àquelas consideradas sérias. (Silva, 2020, p. 131).

Por isso, é fundamental escrevermos uma história amarga ou na perspectiva de contra-narrativas, que revelam as feridas e as dores daqueles que foram silenciados e marginalizados ao longo dos séculos. Essa história amarga é capaz de desconstruir os mitos e as narrativas heróicas que

buscam omitir as violências e as opressões que foram cometidas em nome do progresso, da civilização ou da religião. Esse tipo de conjunto de crítica política é importante, porque consolida uma perspectiva de sociedade democrática e pluralista. Assim, nos ajuda a compreender e questionar os discursos e narrativas que são afirmadas, como verdades absolutas; e nos mostra que existem formas outras de interpretar as histórias do cotidiano. Através desta citação, é possível apresentar as contra-narrativas de forma mais clara e acessível, no sentido de ampliar o alcance da mensagem e consolidar um debate mais reflexivo, democrático e plural.

Deste modo, “ao profanar a sacralidade do passado” (Albuquerque, 2015, p. 2), estamos retomando a diversidade e a complexidade da história, reconhecendo a pluralidade de perspectivas e experiências que constituem a nossa sociedade. Isso implica em revisitar o passado com um olhar crítico e sensível às vozes e às memórias que foram apagadas ou negadas, e em construir uma narrativa mais justa e inclusiva, capaz de revelar as contradições e os conflitos que permeiam a nossa história. Dessa forma, escrever uma história amarga não é apenas uma questão de acerto de contas com o passado, mas também uma forma de construir um futuro mais humano e solidário, capaz de enfrentar os desafios e as injustiças que ainda persistem em nossa sociedade. Neste contexto, Silva (2020, p. 13) argumenta a importância de “desdizer e desexplicar, remar contra as narrativas hegemônicas que foram sendo tecidas e cristalizadas como as únicas e verdadeiras no mundo gestado pela vaga iluminista ortodoxa” (Silva, 2020, p. 13).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto parte do esforço teórico de (re)pensar os discursos que emoldurar-se em torno do Acre e das Amazônias, sendo assim, partindo do próximo diálogo com autores que construíram epistemologias a contrapelo, confrontando as narrativas dadas e postulando as representações que acabaram sendo responsáveis pela difusão de sentidos permeados por estereótipos que evocam sempre a “incivilidade”, “atraso” e a ausência da “modernidade”. Buscamos tecer análises que retomam problemas já suscitados por outros pesquisadores e outras pesquisadoras, entretanto, retomar debates tão complexos a fim de possibilitar novos questionamentos a partir da reflexão crítica é um exercício de pesquisa cujos esforços são de alguma maneira contribuir com acervos teóricos que evidenciam narrativas de pessoas sistematicamente apagadas ou silenciadas por discursos que intensamente projetaram olhares etnocêntricos.

Portanto, é importante observar os discursos amazonialistas que se agrupam em literaturas, filmes, jornais e relatos de viagens de forma naturalizada. E apagam a diversidade cultural complexa

que perfaz esse território, nesse caminho, existem vozes que promovem a (re)existência da região plural. Destacamos as lideranças indígenas que há décadas denunciam as violências cometidas contra suas comunidades. Além disso, os pesquisadores que estudam a região desempenham um papel fundamental, pois através da ciência é possível revelar as pluralidades do que representa as *Amazônias*, a fim de romper com a narrativa que homogeneiza um território demasiadamente multidiversificado.

Nesse sentido, os teóricos utilizados ao longo do texto enfatizam a importância de refletirmos sobre a forma como falamos e pensamos as *Amazônias*, cujo intuito parte do esforço em considerar o universo que ela representa, desconstruir as narrativas estereotipadas que foram inventadas sobre a região conforme instiga Albuquerque (2016).

Ao trazer as diversas vozes para o palco das histórias, valorizamos a riqueza e a diversidade da região em toda a sua complexidade, pois compreendemos que somente assim será possível construir uma relação mais sintônica com as variadas formas de vida que compõem as diversidades de existência das *Amazônias*. Em suma, é essencial que continuemos a valorizar e a promover a pluralidade presente na região, e que prestemos atenção às vozes das comunidades locais para construir uma relação mais justa e equilibrada com um discurso a contrapelo dessas singularidades, mas que possibilite um diálogo com essas comunidades das/nas *amazônias*.

Desse modo, o estudo em questão parte do esforço em repensar as representações que (re)produzem uma “*Amazônia*” homogênea, e busca refletir sobre a necessidade de problematizar o que está dado, adotando uma postura alicerçada em uma contra-narrativa, ou seja, largando mão da história oficial e evidenciando aqueles que outrora foram silenciados/as por ela. Nesse sentido é que o trabalho aqui expresso envereda-se pela tentativa de combater o discurso que coloca o Acre, geograficamente dentro do contexto amazônico, na condição de inexistência e atraso. Como supracitado, tais “piadas” jocosas demonstram as reverberações de um discurso moderno-colonialista que classificou e desconsiderou as epistemologias presentes, ademais, colocou no lugar de atraso o território bem como os sujeitos que representam os pluriversos das *Amazônias*.

Por fim, destacamos que nesta textualidade, procuramos refletir com documentos, notícias de jornais, artigos, livros, dissertações e teses a fim de produzir uma teia intertextual que nos possibilite pensar sobre as diversidades e complexidades que dizem sobre as *Amazônias* como um todo, além de problematizar as representações e signos que durante boa parte dos séculos estiveram creditados como “verdades” e que são frutos da colonialidade do saber, Quijano (2005).

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru (SP): Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE, G. R. de. **História e Historiografia Do Acre: Notas Sobre Os Silêncios E A Lógica Do Progresso**. Tropos: Comunicação, Sociedade E Cultura (ISSN: 2358-212X), [S. l.], v. 1, n. 4, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/342>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ALBUQUERQUE, Gerson R. de. **Amazonialismo** [verbetes]. In: ALBUQUERQUE, Gerson R. de; SARRAF-PACHECO, Agenor. **Uwa'kürü: dicionário analítico**. v. 1. Rio Branco: Nepan, 2016. p. 73-96.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coelho de. **“Entre o Uwa'kürü e o Acre: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências”**. 2020. Tese (Doutorado).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRUPO FRONTEIRA. **História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: EDUC, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed, PUC-Rio, Apicuri, 2016.

MESSINA, M. Atraso. In: ALBUQUERQUE, G.; PACHECO, A. S. **Uwa'kürü Dicionário Analítico**. Rio Branco – Acre, Editora Nepan, 2016.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso - princípios e procedimentos**. Campinas, Pontes, 1999.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

SILVA, Francisco Bento da. **Acre, Formas de Olhar e de Narrar: Natureza e História nas Ausências/ Francisco Bento da Silva**. –Rio Branco: Nepan, 2020.

SILVA, Francisco Bento. **Acre, formas de olhar e de narrar: natureza e história nas ausências**. Editora: Nepan, 2020.

SILVA, J. Youtuber que virou meme tenta superar trauma causado por girafa da Amazônia. O Globo, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/youtuber-que-virou-meme-tenta-superar-trauma-causado-por-girafa-da-amazonia-23910306>. Acesso em: 17 mar. 2024.

WALSH, Catherine E. **Interculturalidad Crítica y Educación Intercultural**. 2009. (Conferência apresentada no Seminário “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz). Disponível em: <<http://docplayer.es/13551165-Interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural.html>>. Acesso em: 16 março de 2020.

Data de submissão: 17/03/2024
Data de aprovação: 08/04/2024